

SAÚDE NA BAIXADA: A RADIOGRAFIA DE UM QUADRO PRECÁRIO.

Pela falta de leitos hospitalares, 23 cidades entregam a Santos os cuidados com seus doentes. **Reportagem de Elaine Saboya, Welfer Freitas e Zuleide de Barros. Fotos de Alberto Marques.**

Casa de Deus para os homens, porta aberta para o Mar — escreveu Brás Cubas em 1.543, ao inaugurar a Santa Casa de Santos, o mais antigo hospital da América Latina. A legenda permanece e vale para toda a cidade: não só a Santa Casa, mas outros hospitais e as policlínicas de Santos (estas no atendimento básico) continuam amparando doentes de 23 municípios do Litoral, de Registro a São Sebastião.

Onze pessoas morreram em Santos de janeiro a junho por falta de leitos, porque os hospitais santistas, suficientes para atender a sua população, são pequenos para suportar o afluxo dos previdenciários de cidades vizinhas. Mas, se o quadro ainda é difícil, não é tão grave como em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

A reabertura parcial do Hospital dos Estivadores, na terça-feira última, levou o secretário de Higiene e Saúde do município David Capistrano Filho a pedir à prefeita Telma de Souza que revogue o estado de calamidade pública em vigor desde janeiro. Persistem, porém, problemas comuns a todos os segurados do Inamps/Suds: poucos médicos aceitam fazer cirurgias eletivas, as que podem esperar algum tempo.

Esses médicos acham pouco o que recebem do Inamps para operar doentes. Uma cirurgia de próstata, por exemplo, rende a um profissional de medicina Cr\$ 5

mil e pode ser feita em uma hora. O secretário David Capistrano e Hamilton de Oliveira Marques, diretor da Unidade de Controle e Avaliação do Suds — UAC —, consideram um absurdo essa recusa principalmente porque os honorários pagos pelo Inamps são até altos, em comparação aos salários da maioria dos brasileiros, inclusive os de nível superior.

Há três meses no cargo, Hamilton Marques descobriu mais de "50 cobranças por fora" de médicos e hospitais a pacientes do Suds, relativas a consultas, uma cirurgia e até fornecimento de seringas. Quando há denúncias, a UAC abre inquérito, dá um prazo de cinco dias para o acusado se justificar e, uma vez provada a irregularidade, exige a devolução do dinheiro, que é entregue à pessoa lesada em seus direitos.

Como médico, o diretor regional do Suds Paulo Ricardo de Assis concorda que esses profissionais devam ser muito bem remunerados. Ele não aceita, porém, que o médico deixe de operar por esse motivo. Admite também as reclamações dos hospitais, de que as diárias pagas pelo Suds/Inamps são baixas. Mas opina que não falta quem goste de tratar o Suds como o vilão da história, quando, em muitos casos, a questão reside na má administração do hospital.

Para o diretor do Suds, o problema só será resolvido quando o governo aplicar 10% do PIB na Saúde, e não apenas 3%, como agora.

Uma trágica liderança de doenças

Santos lidera no País a incidência de Aids: 95,6 casos por 100 mil habitantes, uma das maiores taxas do mundo, enquanto em São Paulo, segunda colocada no Brasil, esse índice é de 36,9 por cem mil moradores. Os números, porém, não preocupam só em matéria de Aids na Baixada Santista: quase meio século depois da descoberta dos antibióticos, as autoridades médicas não sabem definir com certeza os motivos da alta incidência de tuberculose e hanseníase na região, acima das médias nacionais.

Os visitadores sanitários cercam os aidéticos de todas as formas, impedindo que os doentes ou os casos suspeitos sejam perdidos de vista. O controle é extensivo aos bancos de sangue e os cuidados dispensados aos pacientes atraem a Santos pessoas de outras cidades, como Curitiba e São Paulo, segundo Paulo Ricardo Assis, diretor regional do Suds.

Os leitos para aidéticos disponíveis na Baixada são poucos. Apenas 28 em três hospitais: 14 no Guilherme Álvaro, que é do Estado; 10 na Santa Casa e 4 no Santo Amaro, no Guarujá. Outros estabelecimentos acabam aceitando doentes nas enfermarias comuns, o que não interessa nem ao paciente, nem aos profissionais que os atendem, nem aos hospitais — lamenta Assis.

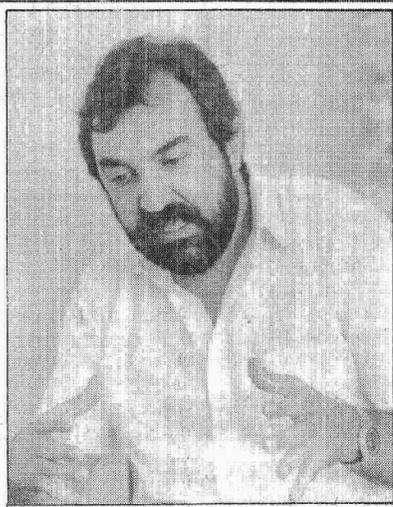
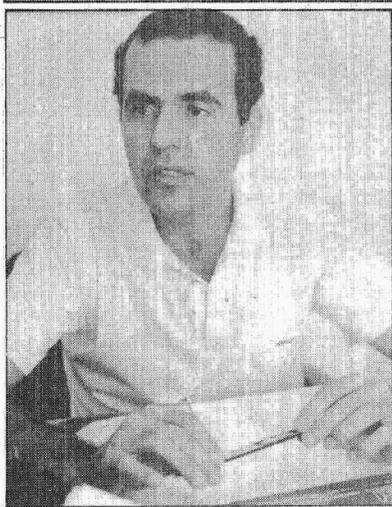
Diante da gravidade do problema, o Centro de Doenças Sexualmente Transmissíveis da Secretaria de Higiene e Saúde — Sehag — da prefeitura de Santos ousou medidas polêmicas, como distribuir serin-

gas entre drogados aidéticos, com a finalidade de reduzir a disseminação da moléstia. O projeto resultou em inquérito policial a pedido do promotor público Antonio Elias Jacob e o município foi obrigado a suspendê-lo.

Com duas policlínicas preparadas para atender ao paciente da Aids instaladas no porto e na zona de substituição, a Sehag prepara-se agora para inaugurar uma unidade que vai realizar testes anônimos. Os interessados farão exames de sangue sem necessidade de se identificar por seus verdadeiros nomes. Receberão senhas e terão garantido o sigilo. O objetivo é garantir também a qualidade dos bancos de sangue comuns, eliminando a perigosa "janela sorológica", um intervalo de tempo no qual o vírus ainda não aparece nos testes.

A tuberculose também preocupa as autoridades da região. De acordo com o IBGE, a taxa nacional de tuberculose para cada grupo de cem mil habitantes é de 49,9. Na Baixada Santista esse número quase dobra, atingindo 94,5. Nos bairros mais pobres de São Vicente e Santos, principalmente, o problema é mais grave, chegando a 209,9 doentes por cem mil habitantes.

A ocorrência da hanseníase é outra acima da média nacional, que é de um para cem mil habitantes, segundo a Organização Mundial de Saúde. No distrito de Vicente de Carvalho, no Guarujá, esse índice é de 1,65 para cem mil habitantes, seguido por Cubatão, com 1,35. Há 1.169 doentes em tratamento na região.



As policlínicas de Santos (acima e ao lado) são rápidas no atendimento da população, mas não resolvem os casos de cirurgia. Para os médicos Assis e Grillo (ao alto) só o diagnóstico não basta, e o maior problema é a disparidade salarial.

Um polêmico sistema de internação hospitalar

A invasão dos doentes do Litoral nos hospitais de Santos, especialmente na Santa Casa e na Beneficência Portuguesa pode ser notada em qualquer dia da semana. Apontada como região crítica em matéria de saneamento e doenças transmissíveis, a Baixada Santista tem seus paradoxos. Santos, a cidade principal, tem um número invejável de leitos hospitalares: 6 por mil habitantes, quando o preconizado pela Organização Mundial de Saúde é de 2,5 a 3 leitos por mil habitantes.

A prefeitura local instituiu um sistema modelo de atendimento básico, as policlínicas, onde as consultas são marcadas no mesmo dia e não há filas. Outro recurso importante é a Central de Vagas, criada pelo Suds em novembro de 89, a primeira do Brasil.

A Central funciona 24 horas. Telefones com linha direta aos hospitais controlam os leitos disponíveis. No caso de aidéticos, a espera máxima é de dois dias, e a média de pacientes não internados em cada dia gira em torno de dois.

Mas o secretário de Higiene e Saúde, David Capistrano, optou por revogar o estado de calamidade pública em Santos não apenas devido à reabertura do Hospital dos Estivadores e a melhoria de atendimento na Beneficência Portuguesa aos previdenciários.

O fato é que os "Estivadores" colocaram 140 leitos (sua capacidade é de 350) à disposição do Suds, e os 140 foram preenchidos em poucas horas.

"Com esse reforço, a Santa Casa de Santos pode ficar menos sobrecarregada" prevê o secretário. Outra medida importante, no seu entender, é que o Suds diminuiu o atraso de pagamento das diárias e serviços médicos aos hospitais.

Capistrano ainda considera que um melhor atendimento nas unidades de atendimento básico — as policlínicas, os postos de atendimento especializado e os prontos socorros — alivia a pressão sobre os hospitais, porque muitos casos são resolvidos sem necessidade de internação.

A opinião não é totalmente aceita pelo diretor do Suds, Paulo de Assis. Ele sustenta que as policlínicas não resolvem os problemas dos pacientes, nos casos mais complicados. Pelos cálculos de Assis, as contas ambulatoriais dos hospitais deveriam diminuir, se as policlínicas estivessem fazendo bem o atendimento básico. "Isso ainda não ocorreu", garante. A Santa Casa de Santos, por exemplo, que fazia 25 mil consultas mensais nos seus ambulatórios, registrou 28 mil em maio.

O meio termo está com o presidente do Sindicato dos Médicos de Santos, José Andrade Grillo Filho. Andrade reconhece o bom atendimento das policlínicas, mas aponta suas falhas, como num caso que exija cirurgia. "De que adianta só o diagnóstico?" — pergunta, lembrando a falta de leitos hospitalares aos segurados do Suds/Inamps.

Diárias mal pagas prejudica atendimento

Visitar a Santa Casa de Santos é surpreender-se a cada minuto, mesmo para quem já a conhece. Ali não se vê rostos mal humorados de funcionários nem pacientes exaustos de esperar, o que é comum em outros hospitais e nos postos do Suds/Inamps de todo País. Na Santa Casa existem filas, é verdade, mas elas andam rápido. E consegue-se de tudo: desde receita de óculos a hemodiálise.

Maria Aparecida Santos levou sua filha Amélia, de 10 anos, com hemorragia na vista. Estava surpresa: em meia hora foi atendida na Santa Casa de Santos. Com o filho Tiago nos braços, de 5 anos de idade, Nair Sulino respirava aliviada: o nariz do garoto sangrava há um mês e ela já havia procurado sem êxito medicá-lo no Guarujá e no Guilherme Álvaro. Nesse hospital, o único do Estado na região, queriam marcar a consulta para o fim de agosto. Em Santos, esperou apenas 45 minutos.

Para o diretor do Suds, Paulo Ricardo de Assis, esse trabalho ambulatorial feito pelos hospitais é uma distorção, porque eles não foram feitos para esse atendimento, e sim para internar doentes.

Assis reconhece, porém, que as diárias pagas pelo Inamps desencorajam os administradores hospitalares. O Suds paga apenas Cr\$ 262,01 pela diária hospitalar, incluindo os serviços de assistência médica, cinco refeições, remédios, troca de roupa de cama — apenas alguns cruzeiros a mais do que uma consulta de médico simples, com curativos ou medicação (Cr\$ 219,12), e menos do que uma consulta médica com raio X (Cr\$ 1.245,82). Se incluir gesso, o preço salta para Cr\$ 4.194,00.

Como a Santa Casa consegue suprir as deficiências dos outros hospitais? Levy só tem uma explicação: "Com a ajuda de Deus e uma boa administração". Até porque o hospital é filantrópico.

Atendimento recorde

Nas 14 policlínicas santistas ninguém precisa acordar de madrugada para garantir uma consulta, como acontece nos postos do Inamps. Existem médicos pelo menos em três turnos para atender toda a demanda, desde pediatria à geriatria, até homeopatia e tratamento de canal dentário. A fama dessas novas unidades já ultrapassou as fronteiras do município e boje o secretário de Higiene e Saúde, David Capistrano Filho, mostra com orgulho os números de atendimento: 20% dos pacientes residem nas cidades vizinhas de São Vicente, Cubatão e Guarujá. Nenhum deles é dispensado, apesar de representarem custos para a prefeitura de Santos. A explosão da demanda vai fazer com que as policlínicas de Santos fechem o ano com um milhão de consultas, cifra bem próxima à média de duas consultas médicas/ano por habitante.